

**HABEAS CORPUS Nº 493.201 - MG (2019/0041121-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : PATRICIA RIBEIRO DA SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : PATRICIA RIBEIRO DA SILVA - MG168615  
WILLIAN RIBEIRO DA SILVA - MG173738  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JESSICA LUANA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JESSICA LUANA SILVA contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 1.0000.19.001691-5/000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que a Paciente foi presa preventivamente, em 12/12/2018, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006.

O Juízo de primeira instância indeferiu pedido de revogação da custódia cautelar.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem. O Desembargador Relator do feito originário indeferiu o pedido urgente (fls. 34-36).

No presente *writ*, alegam os Impetrantes que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Aduzem que não houve fundamentação idônea para o decreto de prisão e que não ficou comprovada a materialidade dos crimes imputados à Paciente, bem como a existência de indícios de autoria.

Destacam que, "*durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão realizado na residência da paciente, foi localizada apenas uma semente de 'maconha', substância esta que não é apta a indicar a prática do tráfico de drogas no local*" (fl. 8).

Sustentam que há excesso de prazo para o oferecimento da denúncia e que a Paciente tem direito à substituição da prisão preventiva pela domiciliar, pois é mãe de duas crianças menores de 12 anos.

Requerem, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, "*com ou sem a imposição da prisão domiciliar*" (fl. 19), e, no mérito, o trancamento da ação penal por falta de justa causa.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, **em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado - tarefa a ser desempenhada caso a caso.**

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese dos autos, verifico, em juízo prelibatório, existência de manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar pretendida.

Quanto à alegação de que não há provas quanto à autoria e à materialidade

dos crimes, ressalto que, vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal, reconhecer que os indícios de materialidade e de autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do *habeas corpus*.

Nesse sentido:

*"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. DESPROPORCIONALIDADE. DESCABIMENTO. CRIMES COMETIDOS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. DESCUMPRIMENTO REITERADO DE MEDIDAS PROTETIVAS. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.*

*1. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva.*

[...]

*4. Recurso em habeas corpus improvido."* (RHC 97.412/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018, sem grifos no original.)

No que se refere aos fundamentos para a manutenção da custódia cautelar da Paciente, porém, melhor sorte assiste à Parte Impetrante.

Com efeito, o Juízo de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva da Paciente, apresentou as seguintes razões (fl. 25):

*"O fato que motiva o pedido é grave. O delito em tese é de acentuada gravidade e tem previsão de pena máxima de reclusão, superior a quatro anos. Cabível, portanto, a prisão preventiva, sobretudo porque necessária para a garantia da ordem pública e para a preservação do bem jurídico protegido pela norma penal, em face da acentuada potencialidade lesiva da conduta perpetrada.*

*À análise perfunctória, os indícios de autoria e materialidade reunidos contra os representados foram conseguidas através de interceptação telefônica, ocasião em que foram traçadas as interlocuções de cada um dos indivíduos no tráfico ilícito de drogas.*

*Nesse esboço, diante da gravidade do delito e dos indícios de mercancia de entorpecentes, a custódia cautelar é necessária e salutar à garantia da ordem pública, tendo em vista o malefício da conduta apontada, especialmente porque incentiva o crescimento da criminalidade colocando em risco a organização e a estrutura social.*

*Ante o exposto, presentes, portanto, os requisitos constantes do*

*art. 312 do Código de Processo Penal e com fulcro no artigo 313, inciso I, do mesmo diploma legal, revelando-se inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão, decreto a Prisão Preventiva de [...] Jéssica Luana Silva [...]"*.

O Desembargador Relator do writ originário, por sua vez, consignou o que segue (fls. 35-36):

*"Conforme se infere da impetração, a paciente foi presa, sob a imputação, em tese, da prática do crime tipificado no art. 33 da Lei 11.343/06.*

*Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.*

*Na espécie, entendo ainda que as questões suscitadas na irresignação demandam um exame mais aprofundado dos autos, o que é inviável em juízo de cognição sumária, tendo em vista os estritos lindes deste átrio processual.*

*Ademais, verifica-se que, até mesmo contrariando o objetivo do ECA e da decisão do STF, a concessão de medidas cautelares diversas da prisão à acusada, para prestar auxílio à criação de seus filhos, poderia representar verdadeiro prejuízo ao sadio desenvolvimento dos mesmos.*

*Pelo exposto, entendo que o caso concreto revela justamente a situação excepcionalíssima pontuada pelo STF, tendo em vista que a paciente encontra-se supostamente envolvida em crime grave, qual seja, tráfico de drogas.*

*O Habeas Corpus é um remédio constitucional de tramitação rápida e célere, de modo que, quando do exame do mérito, possível a reanálise da pretensão do pleito de liberdade da paciente.*

*De resto, verifica-se que a liminar pleiteada, nos termos em que deduzida, confunde-se com a matéria de fundo, cuja resolução demanda análise pormenorizada dos autos e julgamento pelo órgão colegiado deste Sodalício.*

*Com tais considerações, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR."*

Na espécie, como se vê da decisão acima transcrita, a Magistrada de piso decretou a prisão preventiva calcada em fundamentação genérica, pois não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia, a qual está amparada tão somente na gravidade abstrata dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da

República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do *writ*, a soltura da Paciente, se por outro motivo não estiver presa, sem prejuízo da imposição das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal pelo Juízo processante; ou da decretação de nova prisão preventiva, em caso de fato novo a demonstrar a necessidade da medida.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópias da presente decisão.

Requisitem-se as informações do Juízo de primeira instância e do Tribunal de origem, mormente sobre o andamento do feito, nas quais deverão constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página

eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

